



## **CIBERNÉTICA E CULTURA: TRANSIÇÃO E CONFLITOS NA SEGURANÇA E NA SOBERANIA\***

**Maria Helena de Amorim Wesley\*\***

### **1. Resumo**

A ausência de registro na História de um país potente sem Forças Armadas adequadas corrobora o quanto o rompimento do limite entre defesa (ação) e segurança (sensação) causado pelas novas ameaças transnacionais, impõe a análise da integração das Forças Armadas conectadas com as agências da Segurança e Defesa Nacional.

Adotando a premissa de que a Defesa Nacional é programa de Estado e não de governo - visando garantir a Segurança e a Soberania - o objetivo essencial desta reflexão concentrar-se-á nas grandes mudanças técnicas, nos sistemas e nos meios de comunicação, cujo propósito conceitual de uma revolução alude profundas mudanças e alterações na composição da organização social.

O advento da Estrutura Cibernética, originada pelas transformações tecnológicas, afetando simultaneamente as estruturas compósitas da Cultura contraria a tradicional forma de análise cujas conseqüências são imprevisíveis. Pode-se somente inferir um maior controle sobre a sociedade e os meios de comunicação, o rompimento e esvaziamento de modelos sociais, alterações nas relações produtivas, radicalização de crenças, novas formas de violência, estímulo à importação tecnológica, com a ressalva de que não basta ter acesso e informação tecnológica: é necessário que se tenha conteúdo a fim de se construir conhecimento.

No contexto atual a instabilidade da organização e da uniformidade dos vários componentes do Poder Nacional para a Segurança e Soberania através de um processo interagencial, continuam como basal desafio da realidade nacional pela dimensão do ambiente estratégico, exigindo a utilização de todos os instrumentos de Poder disponíveis capazes de suplantar os óbices para um saldo eficaz.

---

\*Trabalho apresentado no III Congresso de Ciências Militares – ECEME em 15 de agosto de 2013.

\*\*Autora/responsável do site BRASIL BRASILEIRO (<http://www.brasilbrasileiro.pro.br>). Prof. Adjunto IV - Aposentada (UFAL). Doctor Ph D. International Relations (Bircham International University). Membro da Academia Brasileira de Defesa – ABD.

## **2. Introdução**

A pertinência e a dimensão do objeto deste escrito estão vinculadas às exigências de novos modelos de organização e de colaboração entre os diversos órgãos e instituições atrelados ao domínio e manutenção da Segurança e da Soberania, sobretudo com a proximidade de eventos que exigem o envolvimento de vários meios das Forças Armadas em uma mega operação de segurança, muito além dos meios e capacidades militares costumeiros para a convergência de respostas a ameaças externas, ou seja, na esfera da Defesa Nacional, cada vez mais requeridos para a Segurança Interna.

A associação de Segurança e Defesa Nacional se deve não só à existência de um território nacional demarcado por fronteiras, mas também a um espaço de identidade que integra uma sociedade de valores comuns – Cultura Nacional - e à existência de um poder e soberania que a governa instituindo competências para contrapor a agressões e ameaças, tornando imperativo o exame atualizado da Segurança Interna, da Defesa Nacional, das Fronteiras Transnacionais e da Soberania.

A conscientização da importância de se ter uma estratégia ampla, abrangendo os mais variados setores da sociedade, coloca-se como imprescindível para o desenvolvimento da mentalidade de Defesa Nacional, considerando a assimetria que permeia o arcabouço social diante dos impactos cibernéticos na Cultura.

A atual valorização da informação, subordinadas as infraestruturas e serviços cibernéticos, comprometem cada vez mais a segurança desse processo e seus produtos, como é apreendido no dia-a-dia nos meios de comunicação e a interrupção dos serviços, além da sensação de impotência, podem carrear a degradação e inviabilidade de muitas atividades.

A carência de profissionais qualificados - um dos principais óbices da Defesa - certamente passa por reflexões sobre a importância da educação para a compreensão histórica do fato em tela ajuizando as estratégias para vencer os desafios do espaço cibernético (PACITTI, 2002).

## **3. Soberania, Segurança e Defesa**

A condição basilar para a existência e reconhecimento do Estado sempre foi e será a Soberania e cujo conceito não se observa em sociedades sem Estado. Nasce quando Estado e sociedade abordam e ponderam projetos de formato convergente, a despeito dessa tendência não nascer espontaneamente (HINSLEY, 1966: 22).

A atual transição do sistema de Estados impõe o exame atinente à precisão ou ao anacronismo do Estado. E a contenda sobre a política de segurança que se baseia na prática da

expansão de Poder, a exemplo, de arsenais nucleares, leva à conclusão de que o Estado, no caso brasileiro, está obsoleto<sup>1</sup>. Com diversos países dominando a tecnologia de mísseis e de ogivas nucleares, nossa segurança só pode ocorrer através de organismos multilaterais de pactos como a *não agressão*. A aquisição de aeronaves para a FAB, mesmo as mais modernas, deverão sempre considerar a dependência do auxílio do GPS para a melhor navegação cujo botão liga/desliga do sistema fica na Base da USAF (território americano) o que torna perigosa a insolente e clássica psicose de depreciar o governo do USA.

A despeito das dificuldades as Forças Armadas brasileiras permanecem não só zelosas da soberania estatal, mas também buscam meios de combater com desabrimento a disseminação de novos processos ou práticas que fragilizem a Segurança e causam pânico na sociedade, tão exposta às inovadoras técnicas do terror, e geralmente acompanhadas de argumentos que aspiram desconstruir o conceito de soberania Westphaliana (AGNEW, 2005: 437-461), cujo entendimento afiança a soberania como não sendo intrinsecamente territorial. A importância do Brasil no mundo o expõe a constante e variadas pressões externas inclusive no campo militar. Isso deveria ser o suficiente para uma maior atenção à política de defesa, na prática da Estratégia Nacional de Defesa.

As incongruências históricas partem do princípio de que as bases da soberania *westphaliana* – reconhecimento mútuo de independência jurídica e direitos das minorias, direitos humanos, segurança internacional, disputa ideológica, entre outros, causariam quiçá, a supressão paradoxal de algo que jamais teria existido, mas que teria acomodado um plano compreensível para as relações internacionais como se observa nas contínuas violações e nos constantes acordos à soberania, seja por convenção, contrato, coerção ou imposição (KRASNER, 2001b, p. 18). Em caso de coerção o Estado fraco em uma transação, fica em posição fragilizada, seja por ameaças plausíveis ou ações unilaterais dissuasórias, por imposição, sem alternativas e seguindo a preferência do Estado forte. As constantes transgressões nessas relações são consideradas por Krasner como *hipocrisia organizada*, onde prevalece uma lógica de implicações que brota numa dada organização política quando seus líderes necessitam recorrer a distintos públicos (op. cit., 2001a, p. 19).

A proposta da *soberania compartilhada* emana da dificuldade de sociedades precárias que não podem ser adequadamente equacionadas se as regras convencionais da soberania forem honradas, assinalando a falência natural da *soberania convencional* em países fracos ou

---

<sup>1</sup> Tais armas impedem a qualquer Estado o poder de avaliar a segurança de seus cidadãos e ignoram a territorialidade quando o argumento é projeção de poder.

falidos (KRASNER, 2007)<sup>2</sup>.

No que tange a competência estatal de controlar o que ocorre no interior de suas fronteiras se podem identificar duas teses: *a*) o poder estatal jamais pode ser considerado como oferenda; e *b*) os **avanços tecnológicos** da globalização fazem com que o Estado responda melhor, e não pior, aos fluxos transnacionais de capitais e idéias. Essas duas questões auferem respostas condicionais: 1) se consistem em organizações não governamentais (ONG's) ocupando espaço às expensas da soberania nacional; e 2) se a soberania bloqueia a resolução de conflitos.

No que concerne às ONG's, a soberania doméstica sempre fica comprometida em face da ingerência na autonomia das determinações internas de um Estado como se constata na predisposição a essa interferência nos Estados (o que não significa imunidade para os Estados fortes). De certo modo a soberania pode bloquear a resolução de conflitos, pois seu cerne ortodoxo— controle específico sobre um território — coloca barreiras a acordos que exijam compartilhamento ou abrandamento de soberania. Esse último questionamento remete à União Européia, indicando que tal estrutura institucional é um arquétipo de governança supra-estatal, porém apenas para os europeus. Instituições como o Parlamento Europeu (que pode tomar decisões contrárias às de alguns de seus membros), coexistirão, com o modelo do Estado soberano, mas não as substituirão (KRASNER, 2001).

A soberania clássica, designada *soberania positiva*, surgiu na Europa com o desenvolvimento do Estado Moderno e se propagou no Ocidente através do imperialismo, do colonialismo, e de um sistema internacional que perfilhou cerca de 20 países soberanos no século XIX. Um novo regime internacional nasce após a 2ª Guerra Mundial em completa negação ao regime anterior e justamente por isso alcunhado *soberania negativa* (JACKSON, 1996, p. 1). O cerne desse argumento é que a expansão da sociedade internacional direcionada ao Terceiro Mundo teria sido inexecutável sem a alteração dos princípios da soberania, antes positiva, e agora genericamente balizada pelo direito à *não intervenção* (soberania negativa) o que de alguma forma, protege e favorece os *quasi states*<sup>3</sup> da ameaça de intervenção ou colonização estrangeira na configuração mundial e detentores automáticos do direito de auxílio internacional de diversos modos como comida, remédios e empréstimos em condições magnânimas, podendo ainda se abster da penosa e dispendiosa peleja entre os Estados pela

---

<sup>2</sup> O reconhecimento externo dos Estados, após o fim da 2ª Guerra Mundial, deve-se ao princípio da *não intervenção* e se tornou inviolável e extensível a todos os Estados, conforme a Carta da ONU no §1 do Artigo 2.

<sup>3</sup> Os países que se encaixam nessa categoria são chamados *quasi-states* por não conseguirem “*many of the marks and merits of empirical statehood postulated by positive sovereignty*”, como proteção dos direitos humanos ou garantia de bem-estar socioeconômico.

hegemonia na balança.

Centrando o foco nos avanços tecnológicos avultam as atividades cibernéticas como principal ameaça à Soberania e a Segurança Nacional de grandes potências mundiais através da emergência da *guerra cibernética* e práticas terroristas que sob o manto da invisibilidade das fronteiras cibernéticas constituem a grande ameaça contemporânea (WESLEY, 2012).

Os Estados Unidos, reconhecendo a crescente dependência do aparato tecnológico nas ações militares motivou o Departamento de Defesa a criar a Divisão de Combate Cibernético a fim de enfrentar essa nova realidade, buscando falhas e formas de minar os sistemas de defesa antagônicos. O Ministério da Defesa norte-americano (Pentágono) já considera como ato de guerra contra o país qualquer ataque cibernético aos seus sistemas de defesa, ou mesmo aos sites de governo na internet, devido ao potencial de dano que essas ações acarretam.

No Brasil vários especialistas alertam aos contínuos ataques cibernéticos coordenados de *Negação de Serviço Distribuído* (DDoS) desde o dia 22/06/11 pelos hackers brasileiros do grupo Lulz Security, ligado ao grupo que atacou os sites do Senado americano e da CIA<sup>4</sup>.

#### **4. O impacto cibernético na Cultura Nacional**

O desconhecimento da existência na História de um país potente sem Forças Armadas apropriadas conduz a assumir a premissa de que a Defesa Nacional (como programa de Estado e não de governo), tem sempre como primazia garantir a Segurança e a Soberania.

Ao evidenciar nesta reflexão as grandes mudanças técnicas nos sistemas e nos meios de comunicação, busca-se trazer à baila as profundas alterações na estrutura da organização social, ressaltando-se, porém, que um singelo exame sociocultural de tais transformações, não passam, freqüentemente, de invólucros novos para um arcabouço decrépito ou, no máximo, réplicas de grupos na gerência estrutural que procura perpetuar-se no poder. Em contrapartida, pode-se inferir, com ressalvas, que graças ao advento cibernético vieram à lume fatos e comportamentos condenáveis pela sociedade tradicional (pedofilia, tráfico de pessoas), muito além da perda da privacidade, ao mesmo tempo que passou a ser utilizado como ferramenta imprescindível para a implantação de uma revolução cultural nos moldes da

---

<sup>4</sup> Pelo perfil no Twitter, o grupo incentivou os membros a atacarem o site da Petrobras. "*www.petrobras.com.br você e capaz? entre na embarcação e vamos atear fogo!*", dizia o post, instantes depois de derrubar a página. O grupo brasileiro afirma que sua missão "*é declarar guerra aberta contra todos os governos, bancos e grandes corporações do mundo*". Invitam todos os hackers do mundo para se unirem ao propósito de desvendar a corrupção e "*segredos obscuros*". E adverte: "*Imagine ver o orçamento sigiloso para a Copa do Mundo sendo exposto contra a vontade do governo brasileiro*".

revolução chinesa<sup>5</sup>.

O caráter interdisciplinar<sup>6</sup> da Cultura Nacional que alicerça os estudos científicos do panorama nacional tradicionalmente focaliza as estruturas *Adaptativa*, *Associativa* e a *Ideológica*. Toda e qualquer alteração para sua transformação (nem sempre evolução) ocorria primeiramente sempre na *estrutura adaptativa*, enquanto a *estrutura ideológica* sempre foi a última a sofrer alterações, contendo os elementos mais resistentes às mudanças (WESLEY, 2012).

O advento da Estrutura Cibernética, originada pelas transformações tecnológicas, afetando simultaneamente todas as demais estruturas, contraria a tradicional forma de analisar as culturas (Quadro 1). A inversão na ordem das estruturas que anteriormente assinalava alterações, primeiramente na estrutura adaptativa, agora se dá na estrutura ideológica e as consequências são imprevisíveis. Pode-se somente inferir um maior controle sobre a sociedade e os meios de comunicação, o rompimento do modelo político patriarcal, o esvaziamento de modelos sociais, alterações nas relações produtivas (trabalho, economia), radicalização de crenças, novas formas de violência (perda da privacidade e práticas terroristas), estímulo à importação tecnológica (com a geração de dependência), e provável inversão da ordem tradicional de transformação até então adotada, com a ressalva de que não basta ter acesso e informação tecnológica: é necessário que esta tenha conteúdo a fim de construir conhecimento.



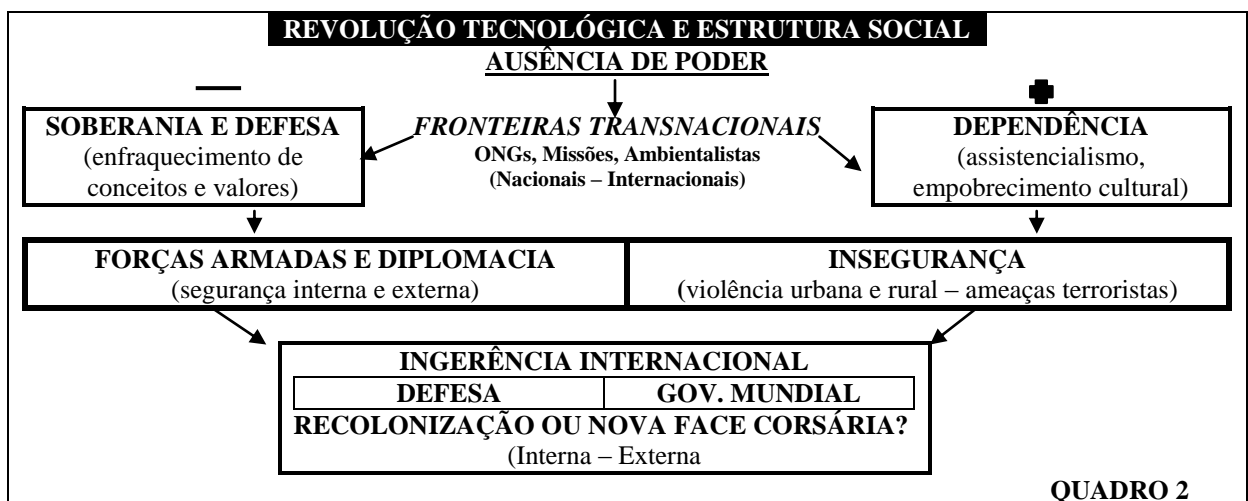
O Território Virtual ou *Ciberespaço* assinala o rejeite irrestrito infligido pelas fronteiras físicas e políticas esquivando-se da realidade conceitual costumeira de território, pertinente a uma idéia nova, de rede, fundamentada pela localização da informação como elemento identificador do território no ciberespaço e instituindo uma nova modalidade de

<sup>5</sup> Mao lançou a Revolução Cultural quebrando a hierarquia nas escolas mobilizando os alunos a desafiar e achacar os professores. Estimulados por Mao espalharam o terror por todo o País. A elite cultural foi humilhada e dizimada. No Brasil, a revolução cultural pode estar sendo feita sob o alegórico nome de *Escola Plural*, ao impedir que os alunos absorvam a cultura iluminista (conforme o modelo chinês) através da quebra da hierarquia confrontando os alunos com os professores (proibidos de repreender e castigar os alunos).

<sup>6</sup> Interdisciplinaridade não significa sobreposição: é a integração estrutural que pode determinar a evolução ou não do conhecimento.

fronteira transnacional.

A revolução tecnológica, aliada ao vazio de poder corrente, transforma-se em poderosa ferramenta, através de ONGs, missões e ambientalistas, a serviço dos interesses internacionais, afetando negativamente a Segurança e a Soberania (fragilizando fronteiras), as Forças Armadas e a Diplomacia, atingindo de forma deletéria a segurança interna e externa do Estado. Instala, geralmente, maior dependência através do assistencialismo e do empobrecimento cultural, causando o aparecimento da insegurança geradora da violência (urbana e rural), ameaças e práticas terroristas. Compõem desse modo, elementos favoráveis à ingerência internacional na frágil Defesa Nacional em favor do almejado Governo Mundial, configurando um novo processo de recolonização ou uma *nova face corsária* (Quadro2).

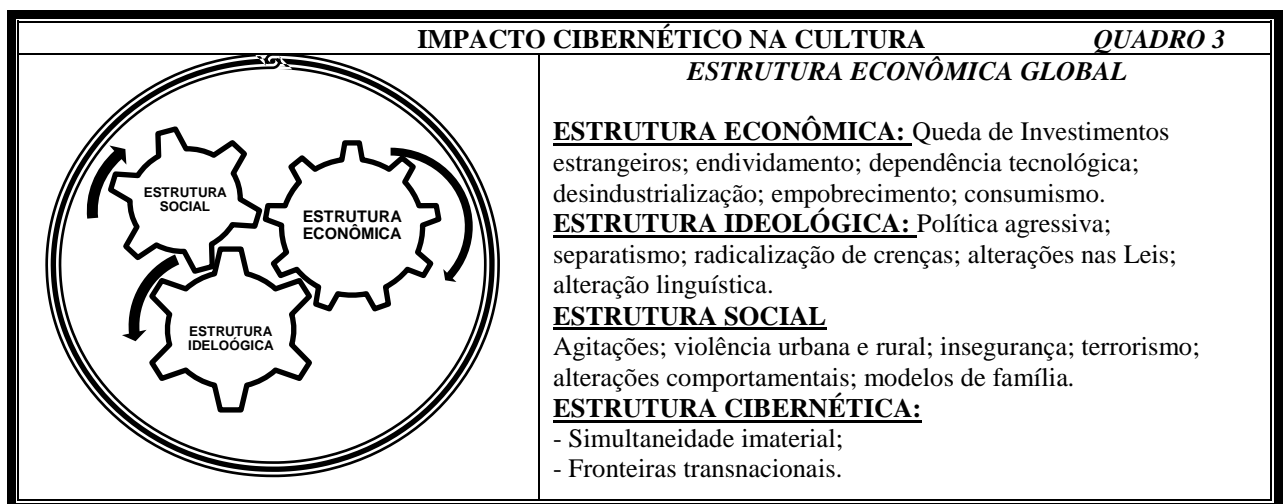


Entre os objetivos da organização social historicamente cobiçados e agora viabilizados pela cibernética, a informatização de sistemas de administração e de comunicação concretizou o aparecimento de um sistema econômico e de sistemas sociais dependentes que ultrapassam o controle ideológico. Plenamente preenchidos pelo aparato dos meios eletrônicos de comunicação de massa, atingem seu auge com as redes informatizadas de comunicação internacional, evidenciando a direção das mutações tecnológicas da convergência conservadora da estrutura social, cujo conceito da aldeia global, traduz um velho ideal colonizador onde a dominação se dissimula hipocritamente na globalização (WESLEY, 2012). O aprimoramento do fascínio tecnológico da internacionalização cibernética ampliou a percepção igualitária e a instantaneidade colonizadora arraigou a miragem da comunhão cuja analogia entre colônias e metrópoles deságuam no esvaziamento dos antigos conceitos do nacionalismo e da soberania, tornando-os obsoletos.

A geopolítica hodierna, a despeito dos coevos atritos nas fronteiras, não significa

reações armadas com países limítrofes. Todavia isso não justifica o descurar desatinado de que são alvo as Forças Armadas, no que tange ao ínfimo reaparelhamento em face da perene ganância internacional, sobretudo com relação à Amazônia, que capacitem um mínimo de reação. A absurda negligência instituída a partir de 1995 dissimula uma retaliação equivocada que recusa reconhecer o cogente arcabouço bélico diante do fato de as convulsões mundiais atingirem todos os países (WESLEY, 2010).

A propagação dos meios de comunicação, materializada inicialmente nos periódicos, alcança o estágio de uma revolução global com o cinema, o rádio, a televisão e a internet. E a massificação de comunidades letradas patrocina o sistema graças à fragilidade intelectual daquelas que guardam minudências nas origens culturais precárias e desamparadas pela instrução da escrita, nas dificuldades para assimilar novas informações, revelando a dependência inovadora de orientação consumista que resulta no conflito entre banalização e democratização, elitização e demagogia, consumismo e liberdade, manipulação e insanidade, sob a utopia da informação, onde o efêmero, o descartável e o dispensável constituem o cerne da nova cultura cuja obsessão do consumo substitui a servidão do trabalho (Quadro 3).



A ampliação das possibilidades tecnológicas de participação pessoal no sistema de comunicação cibernética é natural, mas incerto é o desvendar da fronteira entre a prática particular e a manipulação social encoberta pela quimera democrática que se pauta na ausência da percepção aprimorada dos limites da manipulação ideológica através de novos e amplos métodos de ablução cerebral onde se busca dispensar cada vez mais as Forças Armadas ou mercenárias aprisionadas por grilhões ideológicos e psicossociais das democracias fictícias (ESTUDOS AVANÇADOS, 2005).

O requinte dos *software* e *hardware*, consolidando índices de celeridade na inovação



tecnológica, reduz espaços entre compreensão e desuso, concebem uma nova forma da essência consumista do sagrado descartável. Processadores e placas cada vez mais potentes transportam em viagens virtuais imediatas por todos os cantos do mundo, intermediados por redes de telecomunicações cada vez mais hábeis, cujo acesso pode se restringir à palma da mão, por onde tudo e todos são acessíveis ao mundo, e aonde tudo se compra e tudo se vende. Na guerrilha cibernética dos vírus de computador a criação e difusão pela rede parecem consolidar uma cisão tecnológica de boicote oportunista. Ao pôr em questão o domínio do sistema sobre a rede cibernética de comunicação, suscita a fantasia de liberdade e de certa anarquia no sistema. Tal discrepância serve ao sistema para ampliar a indústria de *software* antivírus, sucessivamente à custa do consumidor (SOARES, 1998).

Jamais foi tão simples a opressão do homem pelo homem e basta um pouco de cautela para se intuir a fragilidade democrática das redes de comunicações, cujas revoluções estão centradas no esplendor tecnológico - e não na estrutura social - das redes cibernéticas a alargar a miragem de participação democrática. O requinte tecnológico que enraíza o totalitarismo do sistema instaura a globalização oculta na heterogeneidade dos elementos, objetivando a homogeneização universal, cujas feições democráticas fortalecem a globalização sistêmica .

O padrão de consumo contemporâneo, mormente em países desenvolvidos, em geral pressionam os recursos existentes em regiões dos países de economia emergente, condicionando nesses o *consumismo* e o *conformismo* de muitos setores sociais, ditos progressistas e detentores de informações relativamente privilegiadas, a exemplo de pesquisadores universitários, de órgãos públicos e de ONG's. Ao lado da impunidade, agravam o quadro sociocultural desvendado no recrudescimento das contradições instaladas em meados do século XX.

A perenidade das desigualdades socioeconômicas quer internamente, quer externamente sempre fizeram parte da História. E no contexto ideológico atual as divergências anódinas toleradas pelo sistema (através de *chats*, *blogs* e assemelhados) buscam amainar o impacto da homogeneização e concomitantemente preencher certa carência *democrática* que camufla o totalitarismo estrutural e abafa as cizânias, tirando proveito dos infortúnios, cooptando e invertendo seus objetivos e sistematizando-os num procedimento ilusionista de manipulação. O poder aquisitivo e as despesas tecnológicas invariavelmente consolidam uma dimensão inversa, enraizando as desigualdades e expondo os subterfúgios da globalização da suposta equidade que simultaneamente arraiga as disparidades no plano mundial.

As facetas brevemente indicadas acima se enquadram na preocupação central dos Estudos Estratégicos: defesa nacional e segurança internacional. Os desafios do século XXI exigem uma ação abrangente e analítica a respeito da compreensão do Estado ou das novas modalidades possíveis de organização política das populações mundiais passando, necessariamente, por uma nova apreensão da Segurança e da Soberania que não se restrinjam aos militares.

O entendimento de Soberania, principalmente a partir do final da Segunda Guerra Mundial - predominantemente jurídico - versa sobre um conjunto de normas que garante um valor universal *a priori* à soberania dos Estados e atualmente quando analisado e inquirido sob o ponto de vista dos Estudos Estratégicos, o conceito determina novos enfoques.

A dependência gerada pela famigerada transferência tecnológica impõe limites severos à construção do conhecimento. Para esta autora, ninguém transfere ou abona conhecimento e não basta ter informações se não se souber como utilizá-las o que só ocorre com a presença de conteúdo adquirido ao longo do tempo na constituição do conhecimento.

Tomando como exemplo o Japão e a Alemanha que derrotados na Segunda Guerra (1939-1945) se reergueram graças ao reaproveitamento dos seus parques industriais, além de contarem, também, com grande ajuda estrangeira como parte do Plano Marshall<sup>7</sup>. Deve-se atentar que o mais importante para essa recuperação talvez resida em já terem excelentes sistemas educacionais, capazes de formar técnicos e cientistas qualificados - sobretudo o Japão - e investirem pesadamente na área de tecnologia que alicerçada no nível cultural da população transformaram a Nação em potência internacional, apesar da desmilitarização do pós-guerra e a proibição de rearmamento estabelecidas pela nova Constituição.

Para se ter Segurança e Soberania há que se construir conhecimento alinhavado com a cultura nativa o que só é possível através do Ensino e da Educação, pilares que vêm sendo aceleradamente destruídos, pela inaptidão ou má fé, e gestando a vulnerabilidade das infra-estruturas críticas brasileiras com nefastas consequências para a Segurança Nacional como se pode constatar na interrupção da rede nacional de fornecimento de energia elétrica. As recentes falhas originaram prejuízos financeiros abissais e, apesar de pouco comentado pela mídia, cresce a sensação de precariedade em virtude das escassas e prolixas elucidações oferecidas à sociedade.

Os óbices enfrentados pelo país ao desenvolvimento e acesso às *tecnologias sensíveis* estão explícitos no Congresso Internacional sobre tecnologias sensíveis realizado no Rio de Janeiro (1996), patrocinado pela ONU e pela Subsecretaria de Inteligência da Presidência da

---

<sup>7</sup> Programa patrocinado pelos Estados Unidos para reabilitar a economia da Europa após a II Guerra Mundial.

República, onde se estabeleceram que o Brasil e demais países com riquezas naturais em abundantes não deveriam prosperar nessas tecnologias. Essas ficariam restritas aos países desenvolvidos porque como podem ser aplicadas para o bem e para o mal, os países em desenvolvimento poderão fazer mau uso. Tal imposição, levada a termo, alarga e fortalece a dependência, não só tecnológica. Fere mortalmente a Soberania, a Segurança e Defesa de qualquer país, travando a construção do conhecimento científico em todas as áreas.

Ainda assim, somente na área militar se percebe o avanço nas políticas com vistas à Defesa Cibernética podendo o mesmo ser potencializado com aprimoramentos na estrutura tendo em vista o alargamento da integração entre as Forças Armadas. Sem prescindir dos treinamentos convencionais, as escolas militares de formação estão se organizando, participando e incentivando o estudo de disciplinas eletivas ligadas à Tecnologia da Informação. Reforça, desse modo, a premissa de que o sucesso passa pelo investimento em educação séria, bem orientada e de qualidade, conjugada pela trilogia: Determinação-Inteligência e Seriedade com bons exemplos vindos de cima, firmando a importância de um governo eficaz no processo (PACITTI, 2002, p. 422).

## 5. Conclusões

A concentração de análises sobre Soberania e Segurança institui que os Estudos Estratégicos compõem um campo de conhecimento azado devido à tipicidade do elemento de pesquisa cujas variáveis culturais possibilitam identificar subestruturas interligadas, objetivando o ensino, a pesquisa e as aplicações práticas na organização e educação militares, nos conflitos, na indústria de defesa, na mobilização e nas missões militares. Esses objetos solicitam conhecimentos socioculturais ainda não contemplados nas áreas conexas, como a Ciência Política e as Relações Internacionais e necessários a compreensão da transformação da conjuntura internacional. A emergência de novas ameaças à Segurança Nacional conferem o assumir a evolução de respostas que apreciem a conjugação de várias competências e, sobretudo, considerar uma atuação operacional das Forças Armadas na Segurança Interna, com envergadura de projeção e de réplica dissuasórias capaz de resposta às possíveis insidiosas e desafiantes ameaças.

A obrigação do Brasil em se preparar para os conflitos cibernéticos é imperativa quando se vislumbram as consequências de ataques que podem partir de um único elemento e de qualquer lugar<sup>8</sup>, podendo anular os sistemas bancários, a rede de eletricidade, e as redes

---

<sup>8</sup> “O modo como se obtém uma senha de banco é o mesmo que se pode usar para obter dados confidenciais do Exército. E já tivemos sites do governo derrubados”, disse à imprensa o general Antonino Santos Guerra, diretor

por onde passam conhecimentos estratégicos essenciais e informações sigilosas da administração pública federal.

A organização das sociedades se assenta num modo de desenvolvimento social e econômico, onde a informação, como meio de produção do conhecimento, pressupõe a produção de riqueza. Mas, no espaço cibernético a curiosidade e o domínio auferidos pela informação esbarram no vazio criado pelo desprezo às diversidades culturais, típicos de toda transição, funcionando como cunha a construção do conhecimento, não só perpetuando a exclusão, mas ampliando-a níveis alarmantes observados, sentidos e vividos no descontrolo hodierno dessa inquietante trajetória.

A *transição* vivenciada apresenta forte desindustrialização, desqualificação profissional, desvios e perdas de reservas, desemprego, endividamento interno, falácia da reforma agrária; fragilidade nas relações de trabalho (esvaziamento da meritocracia); esgotamento dos modelos comportamentais convencionais (privacidade, família, continuidade/imortalidade); adaptações e imposições Constitucionais precárias; sociedade necrófila, barreiras ideológicas enraizadas (perda de referencial, imposição política); sedução cibernética e ilusão democrática (educação e ensino); Soberania e Segurança questionáveis pelo ranço histórico, novas faces do colonialismo (revolução tecnológica), práticas terroristas, tráfico e drogas, conflitos urbana e rural, diplomacia confusa.

Pena que a Constituição não autorize uma missão de paz aqui mesmo, no Brasil (para que o Gen. Santos Cruz mude o seu PC e o seu TO pra cá). Comparados os números, talvez se precise mais do que o Congo<sup>9</sup>.

Somente uma reação imediata e constante valendo-se do arcabouço tecnológico em direção a revisão, adaptação e qualificação estratégica pode fortalecer os princípios que regem a Soberania e a Segurança através de uma preparação firme, capaz de neutralizar os objetos intencionais da desconstrução total das bases da Cultura Nacional, minimizando a perda cultural e o nivelamento social baseado no modelo do estrato mais baixo e sem meritocracia, restaurando o conceito de identidade nacional. Vale sempre considerar a colocação que segue:

*“Uma nação pode sobreviver aos idiotas e até aos gananciosos, mas não pode sobreviver à traição gerada dentro de si mesma. Um inimigo exterior não é tão perigoso, porque é conhecido e carrega suas bandeiras abertamente. Mas o traidor se move livremente dentro do governo. Seus melífluos sussurros são ouvidos*

---

do Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CCOMGEX), admitindo que o país tenha hoje preparo mínimo para cenários da guerra cibernética. *“Temos uma grande rede, a EBnet, que reúne os quartéis em todo o país e ela está bem blindada, mas há pontos de vulnerabilidade”*.

<sup>9</sup> Mais de 55 Mil pessoas morreram vítimas da violência em 2011 no Brasil. Além disso, virou moda matar queimando a vítima de roubo que tiver pouco dinheiro.

*entre todos e ecoam no próprio vestíbulo do Estado. E esse traidor não parece ser um traidor; ele fala com familiaridade às suas vítimas; usa sua face e suas roupas e apela aos sentimentos que se alojam no coração de todas as pessoas. Ele arruína as raízes da sociedade; ele trabalha em segredo e oculto na noite para demolir as fundações da nação; ele infecta o corpo político a tal ponto que este sucumbe". (Discurso de Cícero, tribuno romano, 42 a.C.).*

## 6. Referências Bibliográficas

- AGNEW, John. *Sovereignty Regimes: territoriality and state authority in contemporary world politics*. Annals of the Association of American Geographers, 95 (2), pp. 437-461, 2005. Charter of the United Nations, June 26, 1945. <http://www.yale.edu/lawweb/avalon/un/unchart.htm>. 10/07/2005.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999
- HINSLEY, F. H.. *Sovereignty*. New York: Basic Books, In., Publishers, 1966.
- JACKSON, Robert. *Quasi-states. Sovereignty, international relations and the Third World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- KRASNER, Stephen. *Sovereignty*. Foreign Policy nº 122, pp. 20-29, Jan/F, 2001.
- \_\_\_\_\_. a. *Rethinking the sovereign state model*. Review of International Studies, 27, 17-42, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Failed states and shared sovereignty*. [http://unglobalsecurity.org/pdf/Krasner\\_paper\\_shared\\_sovereignty.pdf](http://unglobalsecurity.org/pdf/Krasner_paper_shared_sovereignty.pdf) -19/02/2007.
- PACITTI, Tércio. *Do Fortran à internet: construindo o futuro através da educação*. 3. ed. São Paulo: Thomson, 2002.
- SOARES, Delfim. *Revolução cibernética na comunicação e ilusão democrática*. Ciberlegenda, Número 1, 1998.
- WESLEY, Maria Helena de Amorim. *Fronteiras transnacionais, territórios cibernéticos e os impactos na Cultura e na Soberania Nacional*. Seminário **Soberania Nacional e Relações Internacionais**, ABD (Academia Brasileira de Defesa), 22/10/2011. Rio de Janeiro. Disponível em TEXTOS BRASILEIROS (<http://www.brasilbrasileiro.pro.br>).
- \_\_\_\_\_. *Território, Fronteiras e soberania: a Nova Face Corsária na Amazônia Brasileira e as Forças Armadas*. Texto extraído da Tese **Brasil: transformações internas, relações externas e a Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: Editora PUBLIT, 2010. Disponível em TEXTOS BRASILEIROS (<http://www.brasilbrasileiro.pro.br>).
- The National Security Strategy of the United States of America. September, 2002. <http://www.whitehouse.gov/nsc>, acesso 02/11/2007.
- Territórios Digitais: As Novas Fronteiras do Brasil.. Estudos Avançados*, USP, 2005.

[http://www.geolab.faed.udesc.br/sites\\_disciplinas/geoprocessamento\\_aplicado\\_ao\\_planejamento/docs/territoriosdigitais.pdf](http://www.geolab.faed.udesc.br/sites_disciplinas/geoprocessamento_aplicado_ao_planejamento/docs/territoriosdigitais.pdf). Acesso 11/03/2013.

<http://bsrsoft.com.br/?p=1276> Postado por Rogerio Chola às 22hs32min. 14/05/2013.